

Oiro Africano: Uma Ferramenta de Dominação do Estado Novo Português

Doutoranda Flávia Arruda Rodrigues¹ (PUC-Rio)

Resumo:

O objetivo é apresentar o livro Oiro africano, escrito em 1929 pelo jornalista Julião Quintinha, como peça de dominação colonial do Estado Novo português. O livro foi um dos premiados pelo Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (AGC), instância do governo lusitano encarregada do controle e promoção de atividades econômico-administrativas realizadas fora do território continental de Portugal, no início do século XX. Tal concurso foi promovido entre 1926 a 1974, e contemplou, com vultosas somas de dinheiro, artefatos literários que, como Oiro africano, fortaleciam a figura do dominador português em detrimento das populações e territórios locais. Formulações teóricas a respeito do estereótipo e da ambivalência como as de Homi Bhabha permitem compreender os mecanismos textuais de dominação contidos em tais livros.

Palavras-chave: Literatura colonial portuguesa, Oiro africano, Agência Geral das Colónias, estereótipo, dominação.

1 Introdução

A compreensão do que foram e do que historicamente representaram as edições do Concurso de Literatura Colonial da hoje extinta Agência Geral das Colónias (AGC) passa pelo entendimento do papel social exercido pelos intelectuais que participaram dessas disputas, especialmente entre os anos de 1926 e 1951. Durante esse período de 25 anos, que vai do lançamento da premiação à revogação do Ato Colonial, os regulamentos dos concursos deram conta da necessidade explícita de se premiar obras que funcionassem como propaganda do regime colonialista do Estado Novo português. Esses produtos culturais de então foram úteis como subsídio para o financiamento e sustento do governo metropolitano, à época sediado em Lisboa. Foi com a ajuda deles, e da propaganda que fizeram do governo central, que as engrenagens político-econômicas instaladas em territórios além-mar como Angola, Moçambique, Macau, Timor ou Cabo Verde continuaram a girar, prolongando a situação colonial.

Entre esses autores contemplados com os prêmios da AGC, figuravam administradores coloniais, militares, jornalistas e educadores. A escolha de seus romances, contos, biografias, etnografias e monografias pelos júris constituídos reforçavam a chamada *Política do Espírito* do Estado Novo português, já que os escritores premiados partilhavam dos valores salazaristas¹. De uma maneira abrangente, pode-se dizer que as escolhas das comissões julgadoras dos concursos da AGC, ao longo desses anos, alimentavam e se alimentavam do nível de popularidade dos autores vencedores, que não só eram portugueses com poder de intervenção social, que se dirigiam ao grande público, por exemplo, através de frequentes artigos publicados em jornais de diferentes épocas, como eram profissionais já famosos em seus diferentes campos de atuação, tanto na metrópole quanto nas colônias. Da mesma forma, o público que comprava e lia as obras premiadas,

¹ A constituição e disseminação dos ideais da *Política do Espírito* foram coordenadas pelo jornalista António Ferro, que primeiro foi presidente do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e, depois, ministro da Informação e Cultura Popular do gabinete do presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar. A proposta foi produzir, em Portugal, um pensamento único e totalizante que fosse introjetado no meio social e por ele absorvido, acentuando aspectos como nacionalismo, honra e pobreza, negligenciando problemas como, para citar apenas um exemplo, os altos índices de analfabetismo dos camponeses portugueses.

depois de lançadas e, frequentemente, relançadas pelo mercado editorial português da primeira metade do século XX, era constituído por cidadãos inseridos nesse contexto colonial.

Essa tática eximia o Estado Novo e as editoras que publicavam as obras da necessidade de obter respaldo crítico junto aos meios de comunicação da época, marcadamente através de resenhas e debates públicos nos jornais da metrópole e das colônias, muito embora a censura oficial os rondasse e permanentemente desferisse golpes. Muitas casas editoriais portuguesas, no entanto, serviam-se da divulgação anual desses resultados para estampar o aval dos concursos oficiais em suas peças de publicidade, e mesmo na produção gráfica dos livros.

Os concursos da AGC surgem, de forma indireta, ainda como desdobramento da resposta do Estado português à Conferência de Berlim, realizada nos anos de 1884 e 1885². A partir dela, e mais especificamente do que ficou resolvido no artigo 35º do acordo assinado por potências europeias como Bélgica, França, Alemanha e Inglaterra, as possessões em territórios africanos só passariam a ser reconhecidas pela comunidade internacional se estivessem efetivamente povoadas por aqueles que reclamavam seus domínios³.

Enfraquecido política e economicamente pelas nefastas consequências do *ultimatum* inglês de 1890⁴, pelo qual o Reino Unido reivindicara a posse da porção geográfica que ligava as províncias africanas de Angola e Moçambique, liquidando o chamado mapa cor-de-rosa, o governo português passou a incentivar a migração de cidadãos do Portugal continental e insular para as colônias, com a intenção de aumentar os índices demográficos das áreas que ainda lhe cabiam, preservando-as da cobiça dos outros países europeus.

Foi a partir do estabelecimento da República Portuguesa, em 5 de outubro de 1910, que essa política colonial se acentuou. Já em 1911 foi criado o Ministério das Colônias, pasta antes incorporada ao Ministério da Marinha. A seguir, vieram a aprovação da legislação reguladora da administração civil dos territórios africanos, a lei orgânica de 1914 e as cartas orgânicas de 1917,

² Até 1879, o interesse dos países europeus na África se resumira ao domínio de poucas regiões costeiras do continente, principalmente no Norte e Nordeste (junto ao Mediterrâneo e ao Mar Vermelho), na região do Golfo de Benin, no Sul e no Leste. O Rei Leopoldo II, da Bélgica, foi o primeiro a querer formar um império que fosse além de suas fronteiras. Para tanto, enviou as primeiras expedições à região onde hoje se situa o Congo, entre 1878 e 1879. Sua intenção de criar uma área de livre comércio despertou o interesse de outras nações europeias pela conquista de territórios, matéria-prima e mercados consumidores. A disputa tomou tal proporção que forçou a realização da Conferência de Berlim, na qual foi feita a partilha da África, entre 1884 e 1885. Oliver e Fage assim descrevem o momento político (a tradução do inglês é minha): “O primeiro a assegurar reconhecimento internacional de um grande império africano foi o Rei Leopoldo. Em 1884, depois que mercadores britânicos se opuseram à intenção de seu governo de reconhecer o domínio português na região do Baixo Congo, Portugal mudou de tática e pediu apoio à França e à Alemanha. A França, vendo uma chance de constranger a Grã-Bretanha, concordou com a sugestão de Bismarck de resolver a questão numa conferência internacional em Berlim. Antes mesmo que ela ocorresse, a França (...) se uniu à Alemanha e aos Estados Unidos para garantir reconhecimento do “Estado Livre do Congo”. Quando a conferência começou, em dezembro de 1884, as outras potências não tiveram opção senão seguir seus termos”. (OLIVER; FAGE, 1964, p.184)

³ PINTO, Alberto Oliveira. “O concurso de literatura colonial da Agência Geral das Colônias (1926-1951); Colonialismo e propaganda”. In: *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. p.194. As próximas referências ao texto virão entre parênteses.

⁴ René Pelissier assim define o Ultimatum britânico, que é um desdobramento da Conferência de Berlim: “Em 1888-1889 é a corrida para a meta que se inicia entre Cecil Rhodes e Portugal, que tem igualmente os missionários da Niassalândia na linha de mira. O primeiro quer aquilo que se transformará nas Rodésias (ou em mais ainda), o segundo escora-se no seu projecto de junção territorial entre Angola e Moçambique e os terceiros entendem não cair na alçada dos “papistas”. Em um ano, os Portugueses irão perder seu avanço na África central por diversas razões, entre as quais uma é a guerra de 1888 contra o Massangano e outra a lentidão de três expedições de vassalização que Lisboa envia naquela época para o interior de Moçambique. (...) Em poucas palavras: ou Lisboa chama os seus homens e renuncia a engolir a Niassalândia e a Machonalândia (o Leste da futura Rodésia) ou dá-se a ruptura com o risco de uma guerra real. O perigo é demasiado grande para um país fraco, que vestiu o hábito do conquistador tarde de mais. É sobretudo uma humilhação nacional do que tudo o que Kongo, Cassange e Bonga e outros poderes africanos lhe infligiram até então, pois atinge os Portugueses em pleno coração, e Deus sabe como eles o têm sensível.” (PÉLISSIER, 2006, pp. 166-167)

seguida do aparecimento, em 1921, do cargo de Alto Comissário da República, que pressupunha independência administrativa em relação ao governo metropolitano e a autonomia financeira dos territórios geridos (p.192). Através do diploma legislativo 43, datado de 30 de setembro de 1924, criou-se a Agência Geral das Colônias, confiada, primeiramente, ao engenheiro agrônomo António Zuzarte Cortesão (irmão do eminente historiador Jaime Cortesão).

O novo órgão governamental tinha, como atribuição, assegurar a ligação entre a metrópole e seus territórios ultramarinos, e dividia-se em quatro departamentos: Informação, Procuradoria, Propaganda e Contabilidade. À seção de Propaganda cabia, especificamente, a função de imprimir publicações que divulgassem dados relacionados às colônias. Em julho de 1925 surge, assim, o *Boletim da Agência Geral das Colônias*, que visava diretamente à propaganda do ultramar português e de todos os problemas a ele relacionados. Segundo Silva Rego, autor também capitão das Forças Armadas portuguesas e professor na Escola Superior Colonial, “pode afirmar-se que cumpriu a sua missão, desde o primeiro número. (...) Naquela ânsia de *mais e melhor*, surgiu a ideia do *concurso de literatura colonial*, a fim de estender ao livro aquilo que, por intermédio da revista, se estava a fazer”⁵.

E assim apareceu mais um prêmio literário em Portugal. Muito embora o preâmbulo, atrás citado, se referisse, de modo especial, a *romance, novela, narrativa, relato de aventuras*, etc., o articulado da portaria não exclui outro qualquer gênero literário. É curioso salientar que os fundos destinados aos prêmios literários vinham não do Estado, mas sim de fontes particulares. Textualmente, afirmava-se: “Considerando que se tem encontrado de várias entidades com interesses mais ou menos ligados às colônias uma manifesta boa vontade em auxiliar pecuniariamente esta ideia...” (REGO, 1959, p.196)

2 A Premiação de *Oiro Africano*

Minha análise das estratégias de divulgação e legitimação da ação colonial levadas a cabo pelo Estado português através do Concurso de Literatura da Agência Geral das Colônias (AGC) leva em consideração a leitura de *Oiro africano*. O livro, escrito pelo jornalista Julião Quintinha, foi publicado e premiado no ano de 1929, num momento histórico fortemente marcado pela atuação do poder militar, em Portugal. No ano anterior, 1928, Julião Quintinha fora premiado no mesmo concurso com *África misteriosa*, o primeiro volume de suas crônicas de viagem, que relata a vida nas colônias portuguesas da África Ocidental. Depois de *Oiro africano*, o autor ainda continuou sua viagem em direção ao Mar Vermelho, seguindo depois, para o Egito. De lá, escreveu *A derrocada do Império Vátua*, em parceria com Francisco Toscano, e ambos foram premiados na edição do concurso do ano seguinte, 1930.

Oiro africano foi publicado três anos após o “Golpe do 28 de maio”, que teve início nesta data, no ano de 1926. Liderados pelo general Gomes da Costa a partir da cidade de Braga, os militares tomaram o Porto, Évora, Coimbra e Santarém, até ocuparem a Avenida da Liberdade, em Lisboa, no dia 6 de junho. O golpe pôs fim à Primeira República portuguesa, iniciando a autodenominada Ditadura Nacional, que, após a promulgação da Constituição de 1933, se transformou no Estado Novo. Ressalto que a data de publicação de *Oiro africano* está a meio termo entre a do início do golpe e a da sua consolidação política. O livro, que reunia relatos de viagem feitos durante a passagem do autor pelas colônias lusas da África Oriental, veio a público numa época em que o fortalecimento da ação colonizadora portuguesa se configurou como fundamental para o gestão político-econômica do Estado.

As noções de “fantasmagorização da subalternidade” e de “agorafobia colonial” usados por João

⁵ REGO, A. da Silva. “A Agência-Geral do Ultramar e os Concursos de Literatura Ultramarina”. In: *Estudos ultramarinos – Literatura e arte*, p.196.

de Pina Cabral para pensar o texto do colonialista Henrique Galvão⁶ (que, embora também premiado pela AGC, não é objeto deste trabalho), nos permite refletir sobre o trabalho de Julião Quintinha em *Oiro africano*. No primeiro caso, esclarece o autor, constrói-se um edifício simbólico em que os negros fantasmagorizados põem em ameaça sua própria humanidade (neste caso específico, através de um suposto canibalismo). Esse flagelo que os nativos imaginariamente produziram a si mesmos justificaria a imposição do poder civilizador do branco, que os tiraria de um mundo brutal para lhes oferecer uma humanidade que seria a única verdadeira e possível.

Por agorafobia colonial, Pina Cabral refere-se à falta de controle do colonizador sobre um espaço geográfico de proporções gigantescas, dentro do qual ele exerce o poder político. É importante ressaltar que esse pressuposto parte unicamente da sensação do colonização em terra estrangeira, e não parte de experiência real e prática. Ocorre que, inserido nessa vastidão, ele termina por se sentir constantemente ameaçado pelos nativos. O colonizador se regozija por tê-lo conquistado e por ter a possibilidade de obter fortuna fácil, mas, ao mesmo tempo, angustia-se com a presença do Outro, o qual pressupõe, imagina, a partir de sua lógica dominadora, que possa estar emboscado em algum lugar na imensidão.

No caso de Henrique Galvão, esse medo advém da angústia em conviver com a possibilidade de ser devorado em rituais de canibalismo. Exclusivamente na visão do colonizador e sua perspectiva estereotipante, esses indivíduos seriam os responsáveis pelo extermínio da população local, jamais encontrada em quantidade suficiente a ponto de povoar os territórios em questão. É relevante notar que os dois conceitos de Pina Cabral estão associados ao sentimento de terror, e são encontrados constantemente articulados em textos coloniais.

Seguindo uma lógica simbólica já bem estudada pela antropologia, podemos perceber como a fantasmagorização dos subalternos pode funcionar como uma validação para as atitudes repressivas do poder colonial. O terrível perigo que o inimigo constitui justifica a grandiosidade dos meios que contra ele se mobilizam. Tal é particularmente verdade numa situação em que o que tornava evidente a urgência da dominação repressiva era o terror do que poderia acontecer caso essa dominação fosse retirada. A questão não era proteger os brancos dos negros, já que se constituía um mundo simbólico de evidências segundo o qual os negros também necessitavam de ser protegidos de si mesmos. (CABRAL, 2002, s/n)

À medida em que focalizo o pavor do colonizador, trago também para esta discussão o pensamento de Homi K. Bhabha, especialmente no que tange à ansiedade do dominador e, ainda, à questão da ambivalência do discurso colonial e do estereótipo, temas que ele problematiza no ensaio “A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo” de seu livro *O local da cultura*⁷.

Para Bhabha, não se trata de uma ética moralizante. Essa negação do Outro, que passa a ser invisível no território, é uma necessidade que o colonizador tem, e advém não só da urgência em desqualificar as populações nativas como da tarefa de se autoafirmar num espaço, para ele, estranho. O movimento é o de enfrentar para, em seguida, liquidar a ansiedade, o pavor que o ameaça. É um sentimento afirmativo, que se relaciona com o que está em excesso incontrolável; é, simultaneamente, a tentativa (frustrada, porque vaza, transborda do discurso) do colonizador de dar conta do fascínio que aquela alteridade exerce sobre ele. No entanto, a pulsão é de tentar abafá-la, suprimi-la, dizimá-la.

Ao mesmo tempo em que existe o reconhecimento do Outro, há também uma ação correlata de repúdio. É nesse jogo que reside a ambivalência do discurso colonial. E é dele que emerge a

⁶ CABRAL, João de Pina. *Trânsitos coloniais, diálogos críticos luso-brasileiros*.

⁷ BHABHA, Homi K, *O local da cultura*, pp. 105-128.

fixidez do estereótipo, apontada e analisada por Bhabha: como o corpo do Outro é seu aspecto mais imediato, visível, ele acaba sendo também o mais visado pelo colonizador. Nas narrativas coloniais, em regra, a sexualidade do negro é apresentada como excessiva, lasciva, imoral. As mulheres só servem para o concubinato. Os indivíduos são invariavelmente diminuídos em sua inteligência ou tratados ora como crianças, ora como incapazes. Também os de origem indiana ou árabe são constantemente representados negativamente, como maus negociantes, traiçoeiros. Em suma, são sempre apresentados de maneira pejorativa.

3 A Repetição: Uma Monotonia Perversa

Julião Quintinha, colonizador que é, não escapa de uma condição de ambiguidade, assim como dela não escapa seu discurso colonial. Sua passagem pela África Oriental relatada em *Oiro africano*, a meu ver, pode ser resumida na palavra-chave desconforto. Este trabalho trata exatamente de expressões da inadequação experimentada pelo autor e expressa em sua narrativa. Relato de viagem que, embora empenhado em afirmar a presença dos colonizadores portugueses e angariar apoio para a conquista e posse dos territórios, expõe sintomaticamente o estranhamento de Quintinha, e mesmo seu pavor diante da alteridade que a vivência no território colonial lhe impõe. Seleccionarei alguns trechos de *Oiro africano* que, olhados com atenção, revelam essa ansiedade de que tratam Pina Cabral, Bhabha e como também se verá a seguir, Mário Moutinho.

A terra africana sobre a qual Quintinha viaja é dita portuguesa, por ser colônia lusa. Mas algumas passagens de *Oiro africano* revelam que, embora ele esteja associado a essa ideia, outra, contrária, emerge de sua narrativa. Um dos trechos do livro narra episódios ocorridos no convés de um barco, durante uma viagem. Outros passageiros, negros, igualmente passam a noite ao relento, observando as águas do rio ou participando de cantorias. Embora o autor afirme que percorre extensões portuguesas, subitamente faz um comentário que considero elucidativo para o entendimento da questão que proponho: ele relata se sentir reconfortado ao avistar um marinheiro arriar “do tópo do mastro a pequena bandeira vermelha e verde”⁸.

Ressalto a ambiguidade que esse trecho do livro guarda em si. A questão que se levanta é: por que ele se declara “reconfortado” em ver a bandeira portuguesa se seu propósito é justamente o de afirmar aquela terra como pertencente ao país? É uma contradição do discurso de Quintinha. Ou, senão, que espaço é esse em que ele circula? Quem são essas pessoas que encontra? São pessoas nas quais ele não se reconhece.

Quintinha, isolando-se como português alegadamente superior em sua viagem pelos grandiosos rincões da África, enfrentando chuvas torrenciais, dias de sol escaldante e travessias de rios caudalosos, desqualifica e desautoriza as populações locais porque esta se torna sua única alternativa viável. Em outros trechos de seu relato, ele comenta que “a ausência de culturas, de povoados, e este culto pela água dão-me horrível sensação de sede” (p.95), e que aquelas são “terras de miséria, onde rareiam culturas” (p.106).

Pede “que uma parte destas terras seja declarada imprópria para aqui habitar gente de qualquer côr. É uma questão que interessa à economia, e à humanidade.” (p.108). E comenta: “Sei que vou em território nacional, mas não vejo caras portuguesas; e nos apeadeiros, apenas surgem pretos e alguns ingleses de pernas à vela (...)” (p.204). Ou seja, a impossibilidade de reconhecimento de vivências que não sejam coincidentes à sua “humanidade” transforma a paisagem no ambiente de terror de que trata Pina Cabral em suas considerações sobre a agorafobia.

Como não poderia deixar de ser, no texto de Quintinha, os vazios que resultam dessa negação do outro e do próprio espaço precisam ser dotados do que ele entende por civilização: “Como terra colonizada pouco valia, porque, como quasi o resto do território, não estava valorizada

⁸ QUINTINHA, *Oiro africano*, p.130. A partir daqui, as citações ao livro virão entre parênteses.

por agricultura e era pouco populosa” (p.415). E como isso poderia ocorrer, pergunta-se aqui, se o próprio Quintinha afirma em sua obra que havia aproximadamente dez milhões de nativos em Moçambique? É que, como quase ironiza Pina Cabral ao falar da fantasmagorização da subalternidade, era preciso oferecer humanidade aos negros. Fora desse pressuposto, de dominação e subordinação das populações nativas, não poderia haver uma ação colonial produtiva.

Outra passagem elucidativa está no excerto em que o autor narra sua viagem pela região de Massinga, a caminho de Vilanculos. Ao fim da tarde, ele e a comitiva que o acompanhava fazem acampamento numa localidade às margens do Rio Govuro, para onde “acodem pretos nós ou mal cobertos de peles, imundíssimos, de olhar espantado, mas solícitos em me transportar no seu bote tosco para o outro lado do rio” (p.95-96):

O caso é que me sinto bem. Bebo, como, fumo, confiadamente entregue a esta gente negra que não conheço, sem uma única arma para me defender, a não ser aquela absoluta confiança em mim – aquela confiança que nunca me desampara e me dá a certeza de que, entre selvagens, ninguém me fará mal... (...) Isolado nesta aldeia de míseros *rongas*, ante a paisagem desoladora dum pântano doentio, quasi me sinto bem ao pensar nos preconceitos, nas exigências, nas complicações do outro mundo civilizado! Será então certo que na vida nómada e nas tribus primitivas estávamos mais perto da felicidade?! ... (QUINTINHA, 1929, pp.97-98)

O trecho é rico em ambiguidades e merece uma análise atenta. Ressalto como Quintinha afirma que se sente bem cercado por “uma gente negra” que ele não sabe quem é; que ele a reconhece como alteridade pela cor da pele não-branca diferente da sua. O estereótipo se constrói aqui na articulação entre duas dimensões díspares: são selvagens (eles, “os míseros *rongas*”), mas também são inócuos, porque são submissos. Entretanto, embora relate que se sente seguro em meio àquelas pessoas, que não possui uma arma para se defender, Quintinha em paralelo registra acintosamente como sua garantia, como fator de segurança, a “absoluta confiança” na sua superioridade civilizacional, pois, no discurso colonial de Quintinha, não há antagonistas, há “selvagens”, constituídos ou percebidos na condição de inferioridade e impotência. A ambivalência do estereótipo segue pelo parágrafo, logo após falar de sua satisfação em dividir o espaço com esses indivíduos, o autor informa que os “míseros *rongas*” vivem numa “planície desoladora”, num “pântano doentio”.

As paisagens naturais da planície e do pântano são alvo da mesma estratégia de desqualificação usada por Quintinha: desoladora e doentio são atributos que não surpreendem ao fazer parte de descrição do espaço colonial, trata-se da mesma estratégia de agorafobia analisada por Pina Cabral, que também tem correlações com o pensamento de Bhabha. Entretanto, a referência comparativa ao “outro mundo civilizado” que insinua uma vantagem da vida entre os “selvagens”, traz para o seu texto um tropo de longa duração e grande produtividade não só nos discursos coloniais estrito senso, mas em toda a tradição ocidental: uma valorização (sempre relativa) dos espaços exteriores ao ocidente, à civilização, como contraponto aos percalços da vida civilizada.

Conclusão

Quintinha traça a diferença entre os dois mundos a partir da sua condição de português, de agente colonial e homem civilizado, condição essencial para a afirmação de si como superior e da alteridade como subalterna. É um trabalho compulsivo e paralelo de constituição das duas subjetividades indispensáveis no ato colonizador: o colonialista constitui o Outro na posição de subserviência em que sempre deve se colocar e, ao mesmo tempo, constrói a superioridade imprescindível ao êxito do empreendimento colonial.

É pelo discurso de Quintinha, por suas negações e contradições – ou, melhor dizendo, na ambivalência das proposições – que podemos visualizar a figura do colonizador português branco

no Oeste da África. E, ao contrário do que ele nos afirma em *Oiro africano*, sabe-se que os “preconceitos, exigências e complicações” sem limites não estão na esfera de ação da elite lisboeta que vive na metrópole, como ele quer, mas nos territórios africanos nos quais Portugal exerce sua dominação.

O paradoxo, para o qual devemos orientar nossos investimentos analíticos, é que, embora esses discursos coloniais se repitam – eles são sempre os mesmos, ainda que surjam em diferentes narrativas e em diferentes épocas – é justamente esta repetição exaustiva, uma espécie de monotonia perversa, que os torna eficazes.

Referências Bibliográficas

- 1] BHABHA, Homi K.. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- 2] CABRAL, João de Pina. “Galvão na terra dos canibais: a constituição emocional do poder colonial”. In: BASTOS, Cristiana. VALE DE ALMEIDA, Miguel. FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- 3] OLIVER, Roland. FAGE, J.D.. **A short story of Africa**. Col. Penguin African Library. Baltimore and Maryland: Penguin Books, 1964.
- 4] PÉLISSIER, René. **As campanhas coloniais de Portugal (1844-1941)**. Col. Histórias de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 2006.
- 5] PINTO, Alberto Oliveira. “O concurso de literatura colonial da Agência Geral das Colónias (1926-1951); Colonialismo e propaganda”. In: **Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa**. Vol. 7. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002. pp. 191-256.
- 6] QUINTINHA, Julião. **Oiro africano – Crônicas e impressões duma viagem jornalística na África Oriental Portuguesa**. 2º vol. 1ª ed. Lisboa: Livraria Portugal Ultramar, 1929.
- 7] REGO, A. da Silva. “A Agência-Geral do Ultramar e os Concursos de Literatura Ultramarina”. In: **Estudos ultramarinos – Literatura e arte**. Vol. 8. Número 3. Lisboa: Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, 1959. pp. 195-203.